

# OPINIÃO

Saúde

## CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houver, lá chegara  
CAMOES, e, VII e 14

**Diretor Presidente**  
Paulo Cabral de Araújo  
**Diretor de Redação**  
Ricardo Noblat  
**Editor Executivo**  
José Negreiros

**Diretor Vice-Presidente**  
Ari Cunha  
**Diretor Comercial**  
Maurício Dinepi  
**Diretor de Marketing**  
Márcio Cotrim

**Diretor Gerente**  
Evaristo de Oliveira  
**Diretor Industrial**  
Oswaldo Abílio Braga  
**Diretor de Planejamento**  
João Augusto Cabral

## Solução provisória

O sinal verde do presidente Fernando Henrique Cardoso para a discussão no Congresso Nacional da Contribuição sobre Movimentação Financeira para a Saúde (CMF) representa a vitória da longa e solitária peregrinação do ministro Adib Jatene, da Saúde, pelos corredores dos Ministérios da área econômica em busca de recursos.

Ninguém desconhece, de um lado, a magnitude dos problemas da área de saúde; e, de outro, as graves dificuldades financeiras enfrentadas pelo atual governo.

As deficiências do sistema médico-hospitalar, que sempre foram muitas, ganharam intensidade a partir da Constituição de 1988, quando o atendimento na rede hospitalar brasileira foi universalizado.

Nos anos seguintes, os recursos para a área de Saúde, que nunca haviam sido suficientes, sofreram sensível queda em função de uma disputa de poder entre os Ministérios da Previdência Social e da Saúde. Da luta saiu sempre vencedor o Ministério da Previdência, que precisava de verbas para pagar os aposentados.

A verdade é que o Brasil sempre empregou em saúde valores muito abaixo dos considerados mínimos pelos organismos internacionais. Mas, em anos recentes, esses indicadores caíram a níveis simplesmente inaceitáveis.

O ministro Adib Jatene percebeu logo que

só teria alguma chance de tirar o setor do caos com a criação de um novo imposto. Lutou por ele e agora recebe licença para submetê-lo ao Congresso.

No entanto, alguns pontos devem ser analisados cuidadosamente pelo Parlamento quando da apreciação do assunto.

O primeiro deles é, sem dúvida, o desgaste político que o governo vai sofrer com a criação dessa contribuição, impopular como qualquer imposto novo, numa época de endividamento generalizado.

Outra questão delicada é a que diz respeito às fraudes no sistema hospitalar brasileiro. As denúncias sobre falcaturas variadas na cobrança de serviços explodem com embaraçosa frequência nos jornais. E, pelo que se sabe, o Ministério da Saúde não possui fiscalização capaz de evitar esses saques.

Igualmente importante é o fato de o Brasil ter recorrido a mais uma solução improvisada. O correto seria que as despesas públicas tivessem alocados recursos suficientes no Orçamento.

A Contribuição sobre Movimentação Financeira para a Saúde pode até represar as mazelas por um ou dois anos, mas não as elimina. O desejável seria uma decisão definitiva mas esta só virá quando o governo gastar menos do que arrecada. E isso ainda parece muito distante nós.